



27 DE SETEMBRO DE 2007 - Nº 79

SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

FUP CUT

Petrobrás encerrou segunda rodada de negociação sem formalizar uma contraproposta.

FUP/SINDIPETROS EXIGEM RESPOSTA IMEDIATA ÀS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

A Petrobrás e subsidiárias encerraram nesta terça-feira, 25/09, a segunda rodada de negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2007-2009. A FUP cobrou que, a partir de agora, as rodadas de negociação sejam propositivas e que a companhia responda o mais rápido possível às reivindicações dos trabalhadores.

A empresa não se posicionou sobre: reivindicações econômicas; pleitos relacionados à Petros; e a maior parte das cobranças referentes ao capítulo de Vantagens e Adicionais, além das cláusulas da pauta de reivindicações referentes a Condições de Trabalho, Outras Disposições e Vigência do Acordo.

Nesse bloco de reivindicações, a empresa limitou-se a informar que analisará alternativas para o pleito da categoria sobre o reconhecimento do horário in-itinere no dia de desembarque dos trabalhadores de unidades marítimas e terrestres.

A Petrobrás anunciou que encaminhará à FUP e aos Sindicatos a renovação do termo de manutenção do atual Acordo Coletivo de Trabalho e informou que a expectativa da empresa é de retomar as negociações no início de outubro.

CONVÊNIO COM A CEF PARA FINANCIAMENTO HABITACIONAL

– Em resposta à cobrança da FUP, a Petrobrás informou que está buscando

junto à Caixa Econômica Federal resolver as pendências ainda existentes em relação ao convênio para abertura de financiamento habitacional para os participantes da Petros que estão na ativa. A empresa informou que espera resolver esta questão até a conclusão das negociações do ACT.

PENDÊNCIAS RELACIONADAS AOS ANISTIADOS

– A Petrobrás informou que está buscando soluções para viabilizar o pagamento dos níveis aos trabalhadores que tiveram a anistia deferida pela Comissão Interministerial, com os nomes publicados em Diário Oficial no início do ano. A empresa também declarou que a Subcomissão de Anistia da Petrobrás está analisando 177 processos dos trabalhadores da Petroflex e Nitriflex, contemplados pelo Decreto 5954/06. A Petrobrás informou que ainda serão analisados pela Subcomissão os 546 processos da Petromisa e outros 332 processos da Interbrás, também referentes ao Decreto 5954/06.

CRENCIAMENTO DA AMS E INFORMATIZAÇÃO DO SISTEMA

– A Petrobrás informou que o livro de credenciamento da AMS, com todas as atualizações da rede de conveniados, será distribuído nos próximos dias para todos os trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas. A empresa também

informou que já está em fase conclusiva de implementação do cartão magnético para todos os beneficiários, esclarecendo que será necessário realizar um amplo recadastramento para operacionalizar este processo. A FUP propôs que, diante da complexidade deste novo sistema, haja uma reunião específica da Comissão de MAS para tratar desta questão. A Federação também destacou a necessidade destas alterações serem feitas de forma integrada, unificando a rede AMS para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás, inclusive a BR Distribuidora.

PRAZO DE REEMBOLSO DA AMS

– A Petrobrás informou que discutirá com a Petros uma forma de agilizar o pagamento do reembolso para os aposentados e pensionistas.

CUSTEIO DE FISIOTERAPIA E PLANO 28

– A Petrobrás informou que estudará a ampliação dos procedimentos fisioterápicos, como o aumento das sessões de RPG. Outro ponto destacado pela empresa é a concordância em implementar o desconto em folha do pequeno risco referente aos beneficiários do Plano 28.

CONTINUA NO VERSO

CONTINUAÇÃO

IMPLANTES DENTÁRIOS – A empresa informou que apresentará uma proposta para viabilizar o custeio dos procedimentos de implantes dentários.

Inclusão de novos beneficiários na AMS - A Petrobrás declarou que está buscando alternativas para manter a AMS para os anistiados da Interbrás e Petromisa que se desligarem da empresa. Uma das propostas discutidas em mesa pela empresa foi a instituição de um período de carência para esses trabalhadores, como forma de diminuir os custos. A FUP discordou desta alternativa, alegando ser discriminatória. A FUP ressaltou ainda que a reivindicação da categoria é a reabertura da AMS, sem restrições, para todos os anistiados que retornaram ao Sistema Petrobrás e aposentados e pensionistas que não são atendidos pelo programa.

CUSTEIO DA AMS – A Petrobrás apresentou os custos da companhia com a AMS, informando que os gastos com a assistência médica nos últimos 12 meses ficaram em torno de R\$ 745 milhões anuais, sendo que R\$ 557 milhões são custos da empresa e R\$ 188 milhões, arrecadação dos beneficiários. Segundo a Petrobrás, a relação de custeio hoje da AMS está em média 75% para a empresa e 25% para os trabalhadores. No caso dos beneficiários acima de 58 anos, a Petrobrás informou que a relação de custeio fica em 87% e 13%, respectivamente. Segundo a empresa, há hoje uma defasagem em torno de 19% na arrecadação e é necessário um reajuste linear de 36% na tabela do Grande Risco. A Petrobrás foi enfática em afirmar que é necessário restabelecer a relação 70% para 30% no custeio da AMS.

A FUP deixou claro que enquanto não houver mudanças na gestão da AMS, não há condições de se discutir o custeio da Assistência Médica. A Federação ressaltou a importância da primeirização de todos os serviços de fiscalização e operacionalização da AMS, assim como a participação dos beneficiários na gestão do programa. A FUP reforçou as principais reivindicações da categoria: redução do custeio da AMS para a proporção de 80% para 20%, criação de um Conselho de Gestão com participação dos trabalhadores para aumentar o controle e ampliar os benefícios da assistência médica, inclusão de pai e mãe como dependentes, entre outros pleitos.

BENEFÍCIOS EDUCACIONAIS – O RH informou que realizou uma pesquisa de mercado e constatou que nenhuma empresa pública ou privada do país do porte da Petrobrás oferece aos trabalhadores auxílio educacional para cursos de nível superior. A empresa informou que está estudando melhorias nos benefí-

cios educacionais que já constam no Acordo Coletivo, além de alternativas à reivindicação da FUP de garantir o acesso dos trabalhadores e de seus dependentes à educação de nível superior, bem como a possibilidade de aumentar o percentual de reembolso.

APOSENTADOS PELO INSS QUE MANTÊM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A EMPRESA – A FUP reafirmou a necessidade da empresa garantir os benefícios da AMS para os petroleiros que se aposentaram pelo INSS, mas ainda mantêm o seu vínculo empregatício com a Petrobrás, assim como o pagamento de auxílio doença em casos de afastamento. A Petrobrás declarou que é contrária a esses pleitos.

ATS E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – A reivindicação da FUP é de que o adicional de periculosidade seja calculado sobre o salário básico acrescido do ATS. A FUP lembrou que a bandeira de luta histórica da categoria sempre foi de pagamento do adicional de periculosidade a todos os trabalhadores em áreas perigosas e de incorporação aos salários dos 30% pagos pela companhia a título de VP-Periculosidade. A Petrobrás informou que há dificuldades em atender a reivindicação. Quanto à integralização do ATS para os anistiados que retornaram à Petrobrás, a empresa informou que está estudando formas de viabilizar esse pleito da FUP.

ADICIONAL PARA OS TRABALHADORES DA REGIÃO AMAZÔNICA - A reivindicação da FUP é de que a Petrobrás garanta um auxílio moradia aos trabalhadores que atuam nas unidades do Sistema Petrobrás na região amazônica. A empresa informou que esta reivindicação tem impactos significativos e que apresentará uma proposta em relação a esta questão até o final das negociações do ACT.

PARCELAMENTO DAS FÉRIAS PARA TODOS OS TRABALHADORES, INDEPENDENTEMENTE DA IDADE - A Petrobrás informou que está estudando esse pleito, mas alegou dificuldades devido às restrições legais.

TERCEIRIZAÇÃO – A Gerência de RH informou que está avaliando a reivindicação da FUP de que os contratos de prestação de serviço sejam fiscalizados pela Petrobrás e não mais por empresas terceirizadas, como é feito hoje.

Fonte: Informe FUP

ACOMPANHE AS NEGOCIAÇÕES DA CAMPANHA REIVINDICATÓRIA PELO SITE DO SINDIPETRO/MG

www.sindipetromg.org.br

Aposentados e desligados da empresa - PLR/2006

Está previsto para o dia 4 de outubro, às 14 horas, na Sede do Sindipetro/MG (Av. Barbacena, 242, Barro Preto), o pagamento da PLR para os aposentados e desligados da empresa em 2006.